A REESTRUTURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE PUEBLA, MÉXICO: DISPERSÃO TERRITORIAL, DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E FRAGMENTAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

González Oscar Gabriel BENÍTEZ[1]

Resumo

Desde os anos oitenta diversas transformações, mutuamente vinculadas, têm concorrido para constituir o atual processo de reestruturação urbana da metrópole de Puebla: aumento do tamanho e integração da rede de cidades que conformam a Zona Metropolitana da Cidade de Puebla; desconcentração industrial e demográfica ligada a modificações econômico-setoriais; expansão expropriatória da cidade sobre os municípios e zonas rurais periféricas; explosão dos *megaprojetos* imobiliários e comerciais (destacadamente: *Angelópolis*, *Paseo San Franciso* e *Lago de Valsequillo*); emergência de novas centralidades concomitante ao declínio-refuncionalização do chamado *Centro Histórico*; entre as principais mudanças. A cidade resultante dessa reestruturação definiu-se assim pelo conjunto de tendências a seguir: a) *Dispersão e descontinuidade territorial*; b) *Polinuclearidade,* expressa no deslocamento de parte da centralidade da cidade de Puebla para cidades próximas de porte médio; c) *Fragmentação sócio-espacial,* derivada principalmente das múltiplas centralidades constituídas pelos grandes projetos imobiliários e comercias (*shoppings*, centros de convenções, conjuntos turísticos e habitacionais fechados de alto e médio padrão) e do redesenho da infra-estrutura estrutura viária. São, num sentido figurado, o *colapso da cidade* (dada a crescente fragmentação urbana) e do *Estado de bem-estar social* (pelo protagonismo estatal como agente dos interesses privados) os signos que acompanham a reestruturação recente da metrópole poblana.

Palavras-chave: Reestruturação urbana. Fragmentação sócio-espacial. Centralidade. Dispersão territorial. Megaprojetos.

Abstract

The urban restructuring of Puebla city, México: territorial dispersion, productive desconcentration and socio-spatial fragmentation

Since the 1980's several changes, mutually linked, have converged to cause the current urban restructuring process of the Puebla Metropolis: larger size and integration of the urban net that constitutes the Puebla City Metropolitan Zone; industrial and demographic desconcentration related to the economical and sectorial changes; expropiatiory sprawling of the city to the peripheral municipalities and zones; *boom* of the real state and commercial macro-projects (mainly: *Angelópolis*, *Paseo San Francisco* and *Valsequillo's Lake*); rise of new centralities related to the decadence-refuncionalizing of the called *Historic Center*; among others. The city resulting from this restructuring process was defined this way by the next set of tendencies: a) *Dispersion and territorial discontinuity*; *b) Poli-nuclearity,* expressed through the movement of a part of the centrality of Puebla City to neighbor cities of a medium size; *c) Socio-spatial fragmentation,* mainly derived principally from the multiples centralities constituted by the big real state and commercial projects (shopping centers, convention centers, residential and tourist complexes of high or medium level) and from a reconfiguration of the road network. In other words, it is about the *collapse of the city* (given the growing urban fragmentation) and of the *welfare State* (because of the state prominence like agent of the private interests), like symbols of the present restructuring of the Puebla Metropolis.

Key-words: Urban restructuring. Socio-spatial fragmentation. Centrality. Territorial dispersion. Macro-projects.

[1] FCT/UNESP/Presidente Prudente-Doutorando em Geografia-Rua Manoel Ruiz Garcia 762, Jardim Aviacão, Presidente Prudente, São Paulo, bego680616@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Puebla, a quarta cidade em tamanho e importância econômica do México[2], com mais de dois milhões de habitantes[3], tem sido objeto de um intenso processo de reestruturação urbana que começou aproximadamente há 25 anos; diversas as evidências, tanto em nivel da rede regional de cidades como ao nivel intra-urbano, que confluem para corroborar com essa afirmação: aumento do tamanho e integração da rede de cidades que conformam a Região Metropolitana da Cidade de Puebla (RMCP); expansão expropriatória da cidade sobre os municípios vizinhos e zonas rurais periféricas, envolvendo importantes disputas territoriais; "explosão" dos projetos imobiliário-comerciais; desenvolvimento industrial e comercial expressivo dos municípios periféricos à cidade; transformação acelerada dos equipamentos e infra-estrutura urbana, particularmente do sistema viário local; rearticulação interna da cidade expressa nos recortes espaciais efetivados pelas políticas de planejamento urbano, sublinhando a delimitação de zonas social e economicamente diferenciadas, processo este fortemente correlacionado à emergência de novos centros e ao declínio e *refuncionalização* do chamado *Centro Histórico* da cidade; entre outras evidencias.

Todo processo de reestruturação urbana atua fazendo explodir as antigas lógicas e dinâmicas urbanas, gerando a emergência de novos sujeitos, contradições e possibilidades. Nesse sentido, o caso da Cidade de Puebla não constitui uma exceção e a sua reestruturação urbana envolve novos perfis de atividade econômica, emergência de agentes e conflitos econômico-sociais, mudança nas tendências demográficas, conformação de novas redes de gestão econômica e social, assim como novos arranjos hierárquico-territoriais e criação de territórios que não existiam; entre outros processos relevantes a ser explicados.

Diante desse contexto, surgem alguns questionamentos: A atual disputa pelos limites territoriais entre os municípios de Puebla e San Andrés Cholula, que definirá qual destas entidades municipais vai se beneficiar da arrecadação de impostos das grandes lojas e shoppings do *Megaproyecto Angelópolis,* faz parte do processo de reestruturação da cidade de Puebla? A multiplicação dos mercados populares e dos *shopping centers*, a descentralização do antigo mercado *La Victoria* e a restauração do centro histórico, iniciadas nos anos oitenta e intensificadas nas décadas posteriores, representaram uma redefinição da centralidade da Cidade de Puebla? Como se vinculam a construção do anel viário chamado *Periférico Ecológico* e o desenvolvimento de empreendimentos habitacionais e comerciais de médio e alto padrão que são cortados por aquela via ao sudoeste da cidade e qual a relação entre a chamada *Via Atlixcayotl* e a suburbanização que ocorre na cidade vizinha de Atlixco desde começos dos anos noventa? Por que os últimos grandes projetos de desenvolvimento urbano em Puebla (*Paseo del Rio San Francisco, Angelópolis, La Vista*) têm favorecido, incluindo subvenção, os grandes interesses imobiliários e comerciais e porque as investimentos públicos mais expressivos no que diz respeito ao desenvolvimento urbano, têm se concentrado no Sul e no Sudoeste da cidade? (Figura 1) Até que ponto atualmente é mais importante para a Cidade de Puebla o desenvolvimento de

[2] Posição estabelecida conforme as estimativas demográficas do *Consejo Nacional de Población* (CONAPO, 2007) e conforme as projeções do PIB desenvolvidas pela *Secretaría de Desarrollo Social* (SEDESOL, 1998), para as principais zonas metropolitanas do país, correspondentes ao ano 2005.

[3] Enquanto o município de Puebla, que tem por sede a cidade do mesmo nome, totaliza atualmente 1,485,941 habitantes (INEGI, 2007) e o *contínuo* ou *mancha urbana* dessa cidade soma, segundo cálculos próprios baseados em informações mais desagregadas, aproximadamente 1,848,407 habitantes; a metrópole de Puebla, considerando a amplitude das suas influências territoriais e socioeconômicas, ultrapassa atualmente, segundo diversos recortes e projeções, os dois milhões de habitantes: 2,109,049 habitantes (CONAPO, 2004), 2,059,501 habitantes (SEDESOL, 1998) e 2,136,354 segundo o recorte realizado neste trabalho para caracterizar a Zona Metropolitana da Cidade de Puebla.

cidades vizinhas como Cholula, Atlixco, Amozoc, Cuautlancingo, San Martín Texmelucan, do que o desenvolvimento de zonas localizadas dentro da própria cidade de Puebla? Existe entre aquelas e a metrópole poblana competência ou complementaridade? Qual o significado da perda relativa da importância das atividades industriais (em termos de PIB, pessoal ocupado e estabelecimentos industriais) da cidade de Puebla para o crescimento relativo das atividades industriais experimentado por cidades vizinhas de menor porte: San Martín Texmelucan, Huejotzingo, Amozoc, Cuautlancingo, Amozoc, San Pablo del Monte? Essas e outras perguntas precisam de uma abordagem integradora que possibilite tanto compreender as rápidas mudanças e emergências nos atuais processos de reestruturação urbana da cidade de Puebla como permita quebrar a aparência diversa, fragmentária e caótica sob a qual aquelas se expressam. Neste artigo tenta-se apenas contribuir a esses propósitos contextualizando alguns dos processos que em nossa opinião resultam determinantes para o caso que se estuda.

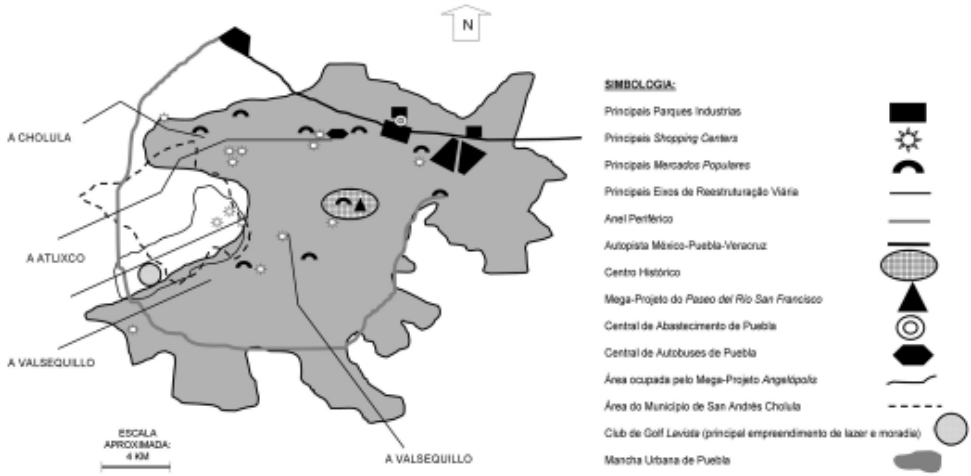

Figura 1 - Transformações na estrutura urbana de Puebla
Elaboração própria. Fonte consultada: *División Geoestadística Municipal 2000*, INEGI.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Os processos de reestruturação das cidades contemporâneas se contextualizam nas mudanças gerais da acumulação capitalista mundial e no marco das reconfigurações estruturais e espaciais delas resultantes.

A transição do modelo de organização econômico e social *fordista* para o *posfordista* numa escala global, a partir da década de 1960 e ainda desde antes, marcou a emergência de novas formas de periferia urbana, além do simples crescimento e difusão urbana. Dematteis (2002) documenta o desenvolvimento de uma "desconcentração concentrada" baseada, por um lado, na dilatação progressiva das coroas externas e das ramificações radiais dos sistemas urbanos, e por outro nas difusões reticulares originadas em dinâmicas endógenas ou em processos de descentralização metropolitana de amplo raio. Assim, num sistema territorial deste tipo se produz o crescimento dos centros menores e dos municípios rurais compreendidos. É interessante levar em conta que este autor vincula, embora levemente, os processos de *periferização* e difusão urbana com a reestruturação

urbana e a alteração da centralidade, ao falar do aparecimento de áreas metropolitanas favoráveis ao desenvolvimento terciário avançado e também da errônea valorização da periferia como não-centro, carente dos valores da centralidade.

Para Gottdiener (1997, p. 14-25, p. 229-261) as novas formas espaciais da cidade - em contraposição à ultrapassada configuração compacta e concêntrica - encontram-se hoje organizadas a partir de regiões metropolitanas polinucleadas, esparramadas e em permanente expansão, amorfas e socialmente hierarquizadas, cujo motor e vanguarda principal, embora não seja o único, é a coalizão *monopólica* entre os interesses econômicos e políticos de um Estado interventor e os das grandes corporações ligadas ao empreendimento, alem da especulação imobiliária e financeira (chamados de circuito secundário), que por sua vez concretiza-se através de projetos e complexos de desenvolvimento urbano e comercial: grandes empreendimentos residenciais, torres de escritórios, restaurações de prédios antigos, *shopping centers*, ruas comerciais, salões de convenções, arenas esportivas, entre outros casos nos que, segundo o autor, o espaço se transforma em mercadoria. Ao descrever os atuais padrões de crescimento urbano, Gottdiener fala de *desconcentração* para referir-se a uma dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústria e administração pública, que se desenvolve ao longo de áreas que incluem múltiplos centros territorialmente espalhados; embora também destaque a reestruturação que sofrem as áreas da cidade central - principalmente com a localização nestas da administração financeira e do turismo - pelas mesmas forças e interesses que causam a dispersão vinculando, como parte do mesmo processo, as mudanças intra-urbanas e as interurbanas. Segundo destaca o autor, a criação e regulação da infra-estrutura necessária, como as mudanças de zoneamento, construção de rodovias, melhoramentos, somadas aos subsídios públicos de todas as espécies, são apenas algumas das formas em que se manifesta a intervenção estatal e a sua articulação com os interesses imobiliários e financeiros.

Por sua vez, Villaça (1998, p. 237-307) define a estrutura urbana como um todo articulado de partes que se relacionam, no qual as alterações em uma parte, ou em uma relação, alteram as demais partes e relações. Esse autor explica o processo de estruturação e reestruturação para os casos de algumas das mais importantes cidades brasileiras, enfatizando, nessa analise, certas forcas determinantes: a) Os interesses de localização das camadas sociais de maior renda; b) A especulação imobiliária com o apoio indireto do Estado, em termos de construção de infra-estrutura e de produção de legislação urbanística. Identifica ainda alguns dos processos fundamentais pelos quais se produz atualmente a reestruturação urbana: 1) Para as áreas centrais, existe a explícita intenção do capital imobiliário de “desobstruir” áreas de grande valor potencial através de grandes obras viárias e da compra e renovação de terrenos e prédios, para logo depois desenvolver um centro de “novo tipo” fragmentado pela emergência de um conjunto de áreas especializadas e shoppings; 2) O surgimento de sub-centros (aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços que alteram ou disputam a centralidade previamente existente) e de shoppings, voltados para as camadas de maior renda, localizados em zonas periféricas, dado o aumento da mobilidade espacial derivado do uso extensivo do automóvel. Neste último processo resulta determinante o empenho do capital imobiliário para promover novas frentes imobiliárias subordinando econômica e operativamente, conjuntamente com o capital financeiro, o capital comercial.

Assim é destacada a tentativa do capital de produzir “pontos-mercadoria” sob a forma de aglomerações imobiliárias cada vez maiores e mais complexas: não sendo simples loteamentos ou conjuntos residenciais, mas “cidades novas”, inteiras, com infra-estrutura, edificações residenciais e comerciais, e até mesmo industriais.

Porém a reestruturação urbana não é simplesmente um fenômeno urbanístico, nem tem uma racionalidade neutra, seus mecanismos são seletivos e seus resultados tendem acrescentar as desigualdades socioespaciais.

Santos (1994, p. 32-37) fala da racionalização do espaço, na qual a localização, mais do que antes, é funcional aos desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional, ou seja, dos atores hegemônicos. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos e a soberania do mercado corram livremente frente a um Estado impotente e enfraquecido, encarregado apenas de suprimir as rugosidades hostis à circulação do capital hegemônico. Como exemplo, o autor destaca o caso da transformação dos chamados *ejidos* no México.

Abordando a análise da complexidade envolvida no processo de urbanização das últimas duas décadas do século XX (marcada, entre outros processos, pela descentralização das atividades industriais, multiplicação das atividades comerciais e de serviços nas urbes e crescimento e diversificação do capital imobiliário), Sposito (2004a, p. 114-126) destaca uma redefinição das periferias urbanas contemporâneas, como "modelo" à escala mundial, que aponta para a emergência de novas formas de diferenciação e segregação urbana, para a fragmentação territorial e social da cidade. Redefine-se, assim, segundo a autora, uma reestruturação urbana das cidades contemporâneas baseada, entre outras coisas, nas relações a seguir: 1) Sobreposição dos interesses fundiários e imobiliários sobre os interesses industriais, comerciais e de serviços, no processo de produção do espaço urbano; 2) Aparecimento de novas formas de habitat urbano, como conjuntos habitacionais, loteamentos fechados ou cidades planejadas, promovendo os interesses fundiários e imobiliários; 3) Estandardização das paisagens urbanas de cidades diferentes e de diferentes portes, propiciada pela homogeneização dos produtos imobiliários; 4) Tendência à estruturação urbana baseada em múltiplas áreas centrais; 5) Seqüência de empobrecimento e, posteriormente, revitalização das áreas centrais urbanas em função dos interesses particulares que as orientam. Nesses termos, de acordo com a autora, a cidade é, mais do que nunca, um negócio e o que se tem na cidade atual é o espaço planejado, resultado da intenção e das estratégias de mercado e não da história.

Coincidentemente e falando das novas dinâmicas espaciais que resultam do processo de *mundialização*, Carlos (2004, p. 29-31) identifica, numa primeira escala, o deslocamento do capital industrial e a sua substituição pelas atividades de serviços modernos. Em uma segunda escala identifica a redefinição da centralidade da metrópole. Em ambos os casos reconhece o papel fundamental da intervenção do Estado (numa nova relação Estado-espaço) na criação das condições necessárias ao processo de acumulação, orientando os investimentos em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole, com a produção de infra-estrutura e a requalificação de certas zonas urbanas (mesmo as centrais), através da realização de parcerias entre a prefeitura e os setores privados, que acabam orientando essas políticas.

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS RECENTES NO ENTORNO REGIONAL DA CIDADE DE PUEBLA

O Município de Puebla é o núcleo de uma região metropolitana que atinge outros oito municípios que fazem parte de uma periferia regional que está integrada ao desenvolvimento da Cidade de Puebla, tanto o territorial como o econômico.

Amozoc, Atlixco, Cuautlancingo, Huejotzingo, San Andrés Cholula, San Martín Texmelucan, San Pedro Cholula e Xoxtla são os municípios que conformam à periferia regional do Município de Puebla[4]. As chamadas "cabeceras municipales" de cada um deles

[4] Cabe mencionar que não obstante o processo de metropolização da cidade de Puebla haver incorporado vários municípios que pertencem ao Estado de Tlaxcala, para os propósitos de esse trabalho foram considerados somente municípios localizados dentro do Estado de Puebla, por constituir eles um agregado demográfica, política y funcionalmente mais significativo em relação ao problema de estudo.

são sede de alguma concentração urbana pequena ou média que atualmente se encontra em franco crescimento (Figura 2).

Cabe destacar a descontinuidade de alguns dos agregados que conformam essa região metropolitana (principalmente nos casos de Huejotzingo, San Martín Texmelucan e Atlixco) nos termos descritos por Ascher (1995, p. 24-40) quando, ao desenvolver o conceito de *metápole* - enquanto nova forma urbana que emerge com a difusão territorial das metrópoles e com a integração à sua funcionalidade social e econômica de novos ou antigos espaços urbanos periféricos - enfatiza o aumento da descontinuidade espacial das metrópoles, reforçada pela reconfiguração escalar que acarretam os avanços dos meios de transporte e comunicação. Mesmo este autor descreve o processo como uma *metropolização metastásica,* dada a aparição de elementos de natureza metropolitana dentro de territórios não contíguos e não metropolitanos.

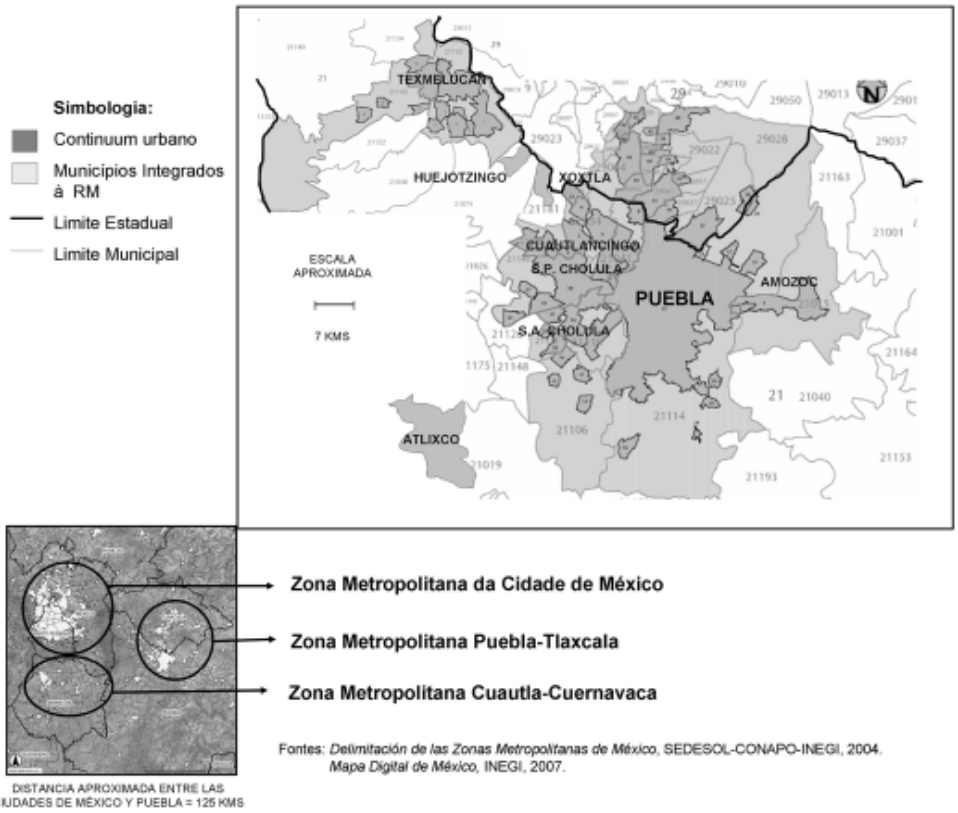

Figura 2 - Zona Metropolitana da Cidade de Puebla: influência e vínculos
Fontes: *Delimitación de las Zonas Metropolitanas de México*, SEDESOL-CONAPO-INEGI, 2004.
Mapa Digital de México, INEGI, 2007.

É assim que atualmente se configura um contexto de integração territorial e de crescente conectividade e interatividade entre a Cidade de Puebla e as cidades que conformam a sua área de influência, com destaque para a crescente importância de algumas cidades médias estrategicamente localizadas. Não obstante a especificidade do espaço

estudado (principalmente relacionada com uma alta densidade demográfica e grande proximidade entre cidades), essas cidades correspondem ao sentido em que o conceito de *cidade média* é definido e empregado por Sposito (2004b, p. 331-340) não somente pelo seu porte demográfico médio (entre 50.000 e 5.000.000 habitantes), mas também por um conjunto importante de funções intermediarias que desempenham com relação às redes territoriais que elas cobrem e pelas dinâmicas de reestruturação interna que exibem nos últimos anos.

A atual soma populacional do núcleo e da periferia regional da metrópole poblana ultrapassa os 2 milhões de habitantes, aproximadamente 70,5% dos quais pertencem ao núcleo e o restante 29,5% à periferia regional[5].

Não obstante o tamanho e polaridade da Cidade de Puebla (no ano de 1962 a Cidade de Puebla incrementou o tamanho do seu território em 187% como conseqüência de um decreto expropriatório do Governo do Estado sobre alguns municípios vizinhos[6]), os municípios que hoje conformam a periferia regional desta cidade têm mantido durante os últimos trinta e cinco anos o seu dinamismo econômico e demográfico, fato que pode estar vinculado à tendência de crescimento difuso e reestruturação econômico-espacial deste centro urbano.

Em termos demográficos, no período 1970-2000 o agregado metropolitano total cresceu 155% : o núcleo teve um crescimento de 152% enquanto o da periferia foi de 161%. Durante o período 1970-1980 o crescimento do núcleo superou ao crescimento da periferia regional (56% e 54% respectivamente). Na década seguinte (1980-1990) a periferia regional reverteu a tendência de crescimento ao seu favor (26,5% e 28%) e finalmente no período 1990-2000 o núcleo cresceu 27% entanto a periferia regional cresceu 32%.

Essas tendências marcam a transição da metrópole poblana, de uma fase de polarização para uma fase marcada pelo crescimento demográfico dos territórios e cidades da periferia regional metropolitana.

Cabe destacar que os municípios que mantiveram a tendência demográfica expansiva da periferia, aportando crescimentos superiores ao crescimento do Município de Puebla em todas essas três décadas, foram: Amozoc, Cuautlancingo e San Pedro Cholula. Os dois primeiros tiveram crescimentos muito altos em todos os períodos, embora o último deles tenha tido um grande crescimento ao começo do período e uma desaceleração nos tempos recentes. Por outro lado, o Município de San Andrés Cholula apresentou um crescimento demográfico menor do que o apresentado pelo Município de Puebla, tendo sido altamente expressivo na última década.

Finalmente, é também importante assinalar que a Região Metropolitana da Cidade de Puebla, junto às regiões metropolitanas de Cuautla-Cuernavaca, Querétaro, Tulancingo e Toluca-Cidade de México, todas sob o comando proeminente de esta última, encontra-se inserida no contexto maior da Megalópole do Centro do México (de tipo difuso), que atualmente integra mais 26 milhões de habitantes. Lembrando que Ascher (1995, p. 284), baseado em Gottmann (1961), categoriza as *megalópoles* como aquelas gigantescas áreas urbanas que incluem dos cinco milhões às varias dezenas de milhões de habitantes e que desempenham funções internacionais.

[5] Todas a informações demográficas que aparecem neste artigo, salvo que seja mencionada uma outra fonte, foram obtidas dos *Censos Generales de Población y Vivienda del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática-INEGI*: anos 1960, 1970, 1980, 1990, 2000.

[6] O processo expropriatório referido se encontra amplamente documentado em Melé, 1994.

MUDANÇAS SETORIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PUEBLA

Em termos econômicos, durante o período 1989-2004[7], observa-se na Região Metropolitana da Cidade de Puebla (RMCP) em sua totalidade, um crescimento expressivo das atividades industriais, comerciais e de serviços: o número de estabelecimentos industriais foi incrementado em 83% e o pessoal ocupado nestas mesmas atividades em 45%; enquanto que no caso das atividades comerciais e de serviços, medidas pelo número de unidades econômicas, o crescimento foi ainda mais expressivo: 105% e 116%, respectivamente.

O dinamismo econômico da RMCP, mantido desde pelo menos as últimas duas décadas, esteve baseado na aceleração expressiva das atividades secundárias e, principalmente, das terciárias. Tal fator reveste-se de uma importância especial se consideradas as múltiplas referências que diversos autores fazem à *terciarizacão* como traço de complexidade e superioridade hierárquica na rede urbana.

Atualmente o Município de Puebla aporta o 53% dos estabelecimentos industriais, 67% dos comerciais e 73% das unidades econômicas de serviços. As porcentagens restantes são cobertas pelos municípios da periferia regional. Destacam neste quadro os aportes que desde a periferia regional conseguem fazer à estrutura industrial regional os municípios de San Pedro Cholula (21% do total regional) e San Martín Texmelucan (7%), considerando o número de unidades industriais. Contudo, levando em conta a formação bruta de capital fixo[8], destacam-se os aportes que ao setor industrial fazem os municípios periféricos de Cuautlancingo (77% do total regional, explicado em grande medida pela presença da indústria *Volkswagen* nesse município e ultrapassando em muito os 15% aportado pelo próprio município de Puebla) e Huejotzingo (4%), o que fala de um outro padrão de concentração, segundo o volume de capital industrial. No que diz respeito aos aspectos de comércio e serviços, os municípios que se destacam com a sua contribuição, segundo o número de estabelecimentos deste tipo, são: San Martín Texmelucan (11%) e Atlixco (6%). O mesmo que acontece com o setor industrial regional pode ser aplicado aos setores comércio e serviços, embora os resultados possam mudar muito se utilizarmos o critério de formação bruta de capital: sob este enfoque são os municípios de San Pedro Cholula, Atlixco e San Martín Texmelucan, os que na atualidade mais contribuem à formação de capital comercial; e os municípios de Cuautlancingo, San Pedro Cholula e San Andrés Cholula, os que mais aportam à formação de capital para atividades de serviços.

O grau de polaridade que ainda mantém a Cidade de Puebla no conjunto da região metropolitana é revertido pela presença e força de um crescente processo de desconcentração espacial industrial e terciária.

Não obstante a concentração absoluta das atividades econômicas secundárias e terciárias no Município de Puebla em relação aos municípios que conformam a periferia regional metropolitana, o crescimento relativo das atividades industriais, comerciais e de serviços (medido também pelo número de estabelecimentos) no período 1989-2004 foi superior nestes últimos que no núcleo da região metropolitana. O crescimento industrial do núcleo nesse período foi de 78% enquanto que na periferia regional foi de 87%; contribuíram destacadamente ao mesmo, Cuautlancingo e Amozoc, que praticamente se quintuplicaram e quadruplicaram, respectivamente.

---

[7] Para acompanhar a evolução econômica da região de estudo se utilizaram os *Censos Econômicos del Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática-INEGI*: anos 1989, 2004. Para a distribuição da população segundo setor de atividade, foram utilizados os *Censos Generales de Población y Vivienda* já referidos anteriormente.

[8] *Formação bruta de capital fixo* é a acumulação adicional de bens de capital durante certo período, neste caso se considera o ano 2004. Esses bens são geralmente aqueles utilizados no processo de produção de outros bens e serviços.

O crescimento comercial do núcleo no mesmo período foi de 87% enquanto que na periferia regional foi de 159%. Todos os municípios periféricos apresentaram um crescimento comercial superior ao núcleo, e mais uma vez destacaram os municípios de Amozoc e Cuautlancingo e adicionalmente San Andrés Cholula.

O crescimento de serviços do núcleo no período foi de 105% enquanto que na periferia regional foi de 153%. Contribuíram destacadamente para esse desempenho os municípios de Cuautlancingo (que multiplicou por oito os seus estabelecimentos comerciais), Amozoc, San Andrés Cholula e San Martín Texmelucan.

Cabe assinalar que aqui apenas analisamos as tendências de crescimento sob o critério de estabelecimentos ou unidades econômicas, mas também aqui os resultados podem mudar muito se utilizarmos o critério de formação bruta de capital fixo, independentemente do número de estabelecimentos, como já fizemos linhas acima com a descrição da situação atual dos setores.

Por fim, é necessário destacar que este conjunto de reestruturação urbano-regional se sustenta não apenas nas mudanças das tendências de crescimento, mas também nas mudanças nos perfis de atividade econômica das redes territoriais que conformam a RMCP. Neste sentido, observando a distribuição da população economicamente ativa por setor de atividade econômica temos que no ano 2000 a RMCP apresentava a seguinte composição: 5,5% no setor agropecuário, 35,5 na indústria e 59% no comércio e serviços. O Município de Puebla, núcleo da região, tinha 1,5% da sua população ativa ocupada nas atividades agropecuárias, 34,5% nas atividades industriais e 64% no setor terciário. Os municípios que conformam a periferia regional apresentavam uma distribuição da sua população economicamente ativa relativamente mais equilibrada: 16% no setor primário, 38,5% no setor secundário e 45,5% no setor terciário.

A tendência ao equilíbrio setorial e à diversificação econômica entre os diferentes territórios do contexto metropolitano também faz parte do padrão de crescimento econômico-territorial difuso.

Por outro lado, um olhar para a dinâmica de mudança na composição setorial da atividade econômica durante as últimas quatro décadas, exprime uma forte tendência a favor das atividades industriais, comerciais e de serviços sobre as atividades agropecuárias (que foram típicas no passado mais remoto, principalmente no caso dos municípios periféricos) e das atividades comerciais e de serviços sobre as atividades industriais que nas últimas duas décadas perderam a proeminência que tinham.

Uma rápida revisão de alguns municípios que conformam a RMCP pode ajudar para ilustrar essa tendência.

No ano de 1960 o Município de San Andrés Cholula chegou a quase o 90% da sua população economicamente ativa em atividades agropecuárias. Para 1980 apenas 64% da população se ocupava com este tipo de atividades enquanto o setor da indústria tinha passado para 17% da ocupação local e o setor terciário absorvia o 19% restante. Atualmente a composição é de 19% para o setor I, 36% para o setor II e 45% para o setor III.

Em 1960 o Município de San Pedro Cholula ocupava 51% da população ativa em atividades agropecuárias, 30% em atividades industriais e 19% em serviços. Em 1980 a distribuição foi de 32%, 38% e 30%, respectivamente. Hoje a distribuição entre setores é 10%, 41% e 49% respectivamente.

Mesmo o Município de Puebla (não obstante que como cidade de grande tamanho apresenta desde começos do século XX uma composição mais diversificada e equilibrada) também mostra um padrão de forte mudança ao passar a ter, no ano 1960, 52% da sua população ativa ocupada em atividades terciárias para 64% da população atual ocupada nesse mesmo aspecto.

REFUNCIONALIZAÇÃO DO *CENTRO HISTÓRICO*

Ao início dos anos 1980 começa a reestruturação funcionalista do *Centro Histórico* da Cidade de Puebla, baseada em critérios de maximização econômica e diferenciação sócio-espacial (zonificação). O fato que marca o arranque deste processo é, como documenta Milián (1994), a saída definitiva do comércio popular do espaço central e histórico da cidade (até então concentrado no antigo *Mercado La Victoria* e num numero importante de ruas centrais) e a entrega deste setor urbano para uso dos grupos econômicos imobiliários, turísticos e comerciais.

Os antecedentes mais importantes que tem essa refuncionalização do *Centro Histórico* de Puebla é a sua declaração como *distrito comercial e de negócios* nos anos 1960 e o contexto de revalorização, em nível mundial, dos centros históricos aos fins dos anos 1970, acompanhados dos correspondentes discursos sobre o seu saneamento e restauração e da sua progressiva elitização nas décadas posteriores. Em 1987 a UNESCO declara ao *Centro Histórico* de Puebla como p*atrimônio cultural mundial.*

No ano 1997, alegando motivos de utilidade pública, mas com evidentes critérios de lucro, o Governo do Estado de Puebla apoiado pelo governo municipal, realiza a ocupação policial e a expropriação daqueles imóveis do *Centro Histórico* que serviriam aos fins do *Megaprojeto Paseo do Rio de San Francisco*. Este fato, rodeado de um forte conflito legal e político entre a população despojada e as instituições governamentais, o qual teve ressonâncias nas disputas político eleitorais do município, sustentou-se num decreto expropriatório municipal do ano 1993 e atingiu por igual a camadas sociais médias e altas (principalmente proprietárias de prédios antigos que serviam como moradia e ainda como velhas instalações produtivas) e às camadas populares que pagavam um alugel bem baixo por moradias coletivas, conhecidas como *vecindades,* insalubres, sem serviços adequados e, além disso, sob risco de queda.

Esse projeto, formalmente denominado *Programa de Desarrollo Urbano, Mejoramiento, Conservación e Integración del Paseo del Río San Francisco*[9]*,* tinha como propósito operativo central a construção de um centro de convenções e de um complexo turístico para impulsionar a economia urbana local e como eixos metodológicos a modernização dos usos dos prédios e a recuperação da zona da ribeira do Rio San Francisco (FLORES et al, 1995, p. 167). O conceito de “paseo” faz referência à idéia de um lago artificial, réplica da zona turística de San Antonio, Texas. É interessante destacar que atualmente este complexo imobiliário serve de sede aos escritórios do ALCA (Acordo de Livre Comércio para as Américas).

Churchill (1998) documenta que o decreto expropriatório abrangeu 27 quarteirões em oito bairros da parte leste do *Centro Histórico*. Segundo diferentes informações jornalísticas, aproximadamente 22,5 hectares, 300 lotes, sete estabelecimentos industriais e 4.000 famílias foram atingidas. Segundo Ramos (1993), não obstante que 46% dos prédios expropriados foram classificados como residenciais, apenas 55% deles tinham banheiro e 29% careciam de água potável. Aproximadamente 87% dos residentes atingidos pela expropriação eram arrendatários dos imóveis nos quais moravam e 79% dos imóveis atingidos, designados como “históricos” mostravam sinais de forte deterioro.

Em 1999 foi inaugurado, na zona expropriada, o *Centro de Convenções da Cidade de Puebla* rodeado por obras arquitetônicas monumentais e por uma zona cultural e turística que atualmente apresenta um grau de avanço considerável de edificação, mas ainda encontra-se em processo. Paulatinamente, as ruas do *Centro Histórico*, nas qual foi expulso o comércio popular, estão sendo apropriadas por bancos, hotéis, museus e *shopping*

[9] Consultar o *Programa Regional de Ordenamiento Territorial Angelópolis* e o *Plan Director Urbano de la Ciudad de Puebla.*

centers (é emblemática a restauração do local que ocupava o antigo mercado *La Victoria*, para a construção de um *shopping center*). Já houve também a tentativa do último Governo Municipal (2003-2006) de estabelecer um estacionamento subterrâneo sob a praça histórica principal, vizinha da secular *Catedral de Puebla* o qual, por conta de um forte movimento de resistência civil e a mobilização da opinião pública local, foi impedido de ser estabelecido.

MODERNIZAÇÃO COMERCIAL DA CIDADE

Não obstante que para inícios dos anos 1970 em Puebla existiam 11 mercados populares ou "tianguis", *La Victoria* era o centro medular que articulava toda a rede de mercados menores, comércios na rua e bodegas localizadas em antigas casas coloniais, desempenhando assim a função de central de abastecimento de mercadorias básicas para o comércio e em geral para a vida da cidade toda.

A recolocação do comércio popular (vendedores de rua, barracas, "camelôs" e locatários do mercado *La Victoria*) nos anos 1980, do centro histórico para a periferia, foi também um dos processos constituintes da reestruturação urbana de Puebla, determinando a emergência de múltiplas centralidades.

Foram, ao todo, dois processos que se complementaram para quebrar abruptamente o sistema comercial monocêntrico da Cidade de Puebla:

1) Um conjunto reduzido de shoppings, expressando o impulso inicial e limitado dos capitais privados na criação de novos empreendimentos comerciais localizados a partir do aproveitamento de um sistema viário ainda ortogonal, apropriado para o desenho de circuitos interiores e eixos diagonais. Estes novos empreendimentos aglutinaram, sob um mesmo prédio, em regime de condomínio, diversos tipos e tamanhos de lojas, orientadas ao consumo e ao imaginário de setores sociais médios e altos. Segundo Milián (1994), no ano de 1986 a Cidade de Puebla tinha apenas quatro *shoppings center*: *Plaza Dorada*, *Plaza San Pedro*, *Plaza Loreto* e *Plaza Reforma*. Enquanto agentes do processo de redefinição da centralidade, estes *shoppings* propiciaram, segundo a mesma autora, a descentralização, através da aglutinação nos seus contornos de um conjunto de escritórios, agências de governo, instituições bancárias, centros educativos e múltiplos serviços, e elevando consideravelmente o preço do solo circundante.

Contudo a ação dos agentes privados, dada sua lógica cautelosa e de segurança no lucro é insuficiente, necessitando da concorrência de outros atores e dinâmicas para explicar o surgimento de novas e múltiplas centralidades na cidade.

2) Foi através da construção e ocupação de equipamentos comerciais populares nas zonas da extrema periferia da cidade, as quais já evidenciavam uma tendência à expansão da moradia popular (geralmente de natureza precária e sem infra-estrutura), que se complementou, no final década de 1980 e meados da década de 1990, um complexo processo de expansão do tecido urbano e de criação de novas centralidades.

Essa desconcentração comercial de Puebla se traduziu nos elementos a seguir: criação de sete mercados populares *(Hidalgo*, *Morelos*, *Zapata*, *Independência*, *Heróis de Puebla*, *Zaragoza* e *Francisco I. Madero*), numa disposição de anel periférico em torno à cidade; a construção de uma macro-central de abastecimento de mercadorias agropecuárias no extremo da periferia norte da cidade; a inauguração de uma estação rodoviária central (*Central de Autobuses de Puebla,* na verdade central pela sua função mas situada na coroa

periférica da cidade) que aglutinaria as 23 linhas de transporte interurbano e suburbano que anteriormente encontravam-se no setor central da cidade; a instrumentação de um plano de construção de novas conectividades viárias; e, finalmente, em um redesenho das rotas de transporte coletivo, garantindo a nova estrutura espacial a ser criada.

Inicialmente aquelas novas centralidades foram garantidas pelos *tianguis populares* em zonas de expansão que não asseguravam lucro ao grande capital comercial. Alguns anos depois essas mesmas áreas, tendo como contexto um forte processo de expansão urbana e um mercado consolidado de consumidores provenientes de projetos imobiliários de todo tamanho, começaram a ser ocupadas por grandes supermercados e depois por *shoppings* de grande porte; num processo pelo qual os investimentos do capital comercial e imobiliário foram garantidos pela ação "pioneira" dos bairros e mercados populares. Hoje, onde existe um *tianguis popular* encontra-se nas vizinhanças um grande e dinâmico empreendimento do capital comercial e / ou imobiliário.

Segundo Milián (1994), na década de 1970 entra em crise o sistema comercial monocêntrico que levará, aos fins da década de 1980, o estabelecimento de uma nova estrutura sócio-comercial baseada na racionalização dos diversos âmbitos da vida urbana chegando a conformar uma ordem sistêmica organizada em torno à valorização e acumulação de capital, em detrimento das necessidades vitais da população, particularmente da população de menores rendas.

Assim aos meados da década de 1990, embora o centro histórico prevaleça como um setor urbano de elevada atividade comercial, percebe-se no restante do conjunto urbano um novo agregado comercial, mais ou menos fragmentado, cujo dinamismo supera, às vezes e cada vez com mais força, ao do setor central.

Atualmente se observa uma diversificação dessas múltiplas centralidades erigidas nas décadas anteriores, sob as características a seguir: 1) A consolidação das estruturas dos mercados populares localizadas perifericamente, o qual já foram mencionados; 2) A proeminência e multiplicação dos *shopping centers*, ocupando os espaços da anterior estrutura viária ortogonal (*Plaza Cristal*, *Plaza Express, La Noria*, entre outras) e da recente estrutura viária de anéis periféricos, mas principalmente segundo esta última morfologia (*Plaza Las Ànimas*, *Palmas*, *Plaza Rubí,* entre outras); 3) A partir da inauguração do *Megaprojeto Angelópolis*, em 1995, a emergência de uma centralidade alterna que, pelo tamanho e natureza dos empreendimentos, pode ser considerada de novo tipo, já que baseia-se num conjunto de características novas: inclusão de mega-complexos de moradia, comércio, serviços variados, turismo, educação e lazer; ocupação de áreas territoriais de grande extensão que inclusive envolvem, para apenas um mesmo projeto, os territórios de vários municípios; sua vinculação com infra-estrutura viária de tipo anel periférico; expropriação massiva dos recursos naturais e territoriais de populações rurais e; um processo de secessão (ou fragmentação) territorial de fato, a partir da criação de uma cidade dentro da cidade, que tende a rivalizar com aquela em tamanho.

MEGA-PROJETOS: COLAPSO DA CIDADE E DO ESTADO DA *JUSTIÇA SOCIAL*

O elemento central da reestruturação urbana da cidade de Puebla tem sido a implementação dos chamados *mega-projetos de desenvolvimento econômico* nas décadas de 1990 e 2000, tratando-se de fato de macro-investimentos de natureza imobiliária e comercial que acabaram acelerando a fragmentação sócio-espacial da cidade e fortalecendo um Estado de natureza pro empresarial e expropriatório, abertamente favorecedor dos

grandes capitais imobiliários e comerciais, principalmente aqueles de origem ou vinculo transnacional.

Além do *Megaprojeto do Rio San Francisco*, já mencionado anteriormente, surgiram outros dois empreendimentos deste tipo: 1) o *Mega-projeto Angelópolis* e 2) o*Megaprojeto do Lago de Valsequillo*.

O Mega-projeto Angelópolis, inaugurado em 1995, consistiu formalmente num ambicioso programa que combinou fortes investimentos públicos em infra-estrutura (principalmente viária) com expropriação territorial, tendo como propósito a constituição de uma reserva territorial de pelo menos 1.083 hectares (PATIÑO, 2004, p. 137) na atual zona sudoeste da Cidade de Puebla (em torno de 4% do território urbano total atual). Um dos componentes fundamentais do projeto consistiu na intervenção dos governos federal, estadual, e municipais envolvidos, para conseguir em 1992 a expropriação, por causa de "utilidade pública", da vasta superfície territorial que pertencia aos *ejidos* camponeses do município de *San Andrés Cholula* e que logo depois seria vendida, pelo mesmo governo estadual, aos capitalistas inversores, em preços vinte vezes superiores aos que foram pagos pelo processo de indenização (PATIÑO, 2004, p. 137).

As principais obras que serviram de *eixo* ao desenvolvimento deste *mega-projeto* foram: 1) Trinta e nove quilômetros do anel viário chamado *Periférico Ecológico,* que agora circunda à cidade; 2) a construção do *Acuaférico Ecológico* que permitiu: tanto a dotação de água para aproximadamente 1 milhão de pessoas, como a expansão da oferta imobiliária nas zonas sul e sudoeste da cidade; 3) a reserva territorial *Quetzalcoatl,* abrangendo vários municípios rurais periféricos à Cidade de Puebla, logo utilizados para empreendimentos imobiliários (muitos deles conjuntos fechados) orientados à população de alta e média renda; 4) a construção do *Clube de Golf La Vista*, conjunto habitacional e de lazer de alto padrão; 5) os grandes complexos comerciais (*Centro Comercial Angelópolis, Sam's Club, Megacomercial Mexicana, Carrefour, Costco*), culturais (*Complejo Cultural Siglo XXI*, *Jardim da Arte*, *Universidad Iberoamericana, Universidad Madero, Universidad del Valle de México, Colégio México*), governamentais *(Ciudad Judicial*) e habitacionais (*Casas ARA, Fraccionamiento Angelópolis, Conjunto Momoxpan, Colonia del Periodista*) estabelecidos nas reservas territoriais anteriormente referidas. A maior parte destes últimos são conjuntos fechados.

O Mega-projeto do Lago de Valsequillo, organizado pelo governo estadual e que ainda não ultrapassa a fase de projeto, foi difundido em 2004. Este empreendimento precisa de um investimento de aproximadamente 8 mil milhões de pesos e atingirá uma superfície de 10.481 hectares (em torno de 38% do território urbano total atual), visando ganhos imobiliários em torno de 15 mil 700 milhões de pesos para os empresários envolvidos. De fato, o plano permitirá captar 80% do crescimento residencial que terá a Cidade de Puebla nos próximos 50 anos. Numa primeira etapa o projeto prevê a construção de uma ribeira, de um clube de vela, zonas residenciais, centros de convenções, hotéis, restaurantes e espaços para atividades náuticas diversas (JUÁREZ, 2005a, b).

Se prevê também uma participação dos governos estadual e municipal que atingiria mais ou menos 40% dos investimentos totais, orientada tanto à recuperação ecológica (esse é um elemento que forma parte importante do discurso que sustenta ao projeto) dos rios Zahuapan e Atoyac, como à compra ou indenização para aquisição dos terrenos aos camponeses (pertencentes a 17 *ejidos* dos *pueblos* de Azumiatla e Tecola) que são os proprietários originais deles, pagando por cada metro quadrado 16 pesos. A recuperação ecológica dos rios poderia ser financiada pelo banco de desenvolvimento e o dinheiro investido se recuperaria pela venda dos prédios rurais expropriados; além do mais ambos os governos estariam dispostos a investir em equipamentos urbanos básicos e nos estudos prévios.

É assim, com estes tipos de empreendimentos chamados *mega-projetos*, que a Cidade de Puebla encontra-se "abalada" desde meados da década de 1990, no sentido de

que seu desenvolvimento atual baseia-se numa ruptura com o processo "natural" de produção de espaço e tecido urbano, que hoje tem sido substituído por outras formas de gerar cidade e centralidade urbana. Agora podemos afirmar que os *shoopings* e *mega-projetos de desenvolvimento econômico* são duas destas novas formas de criar "artificialmente" tecido urbano ou, mais precisamente, um "contra-tecido" ou anti-tecido" que emergem "espuriamente" de fora para dentro, formando enclaves territoriais urbanos que independem e até ameaçam a composição urbana ainda vigente, mediante a fragmentação sócio-espacial da cidade. Parte inerente ao processo de reestruturação urbana em curso.

Neste mesmo contexto, vale a pena destacar as recentes transformações experimentadas pela estrutura viária da Cidade de Puebla, como um elemento que evidencia também, aquele processo de fragmentação sócio-espacial da cidade: desde 1960 até meados da década de 1980 o sistema viário da cidade consistiu principalmente num conjunto de eixos ortogonais, diagonais e um circuito interior, conforme uma produção de espaço urbano de lógica contínua que transcorre "naturalmente" de "dentro para fora". A partir da década de 1990 prevaleceram as obras tipo anel periférico, como obras conectivas cuja tentativa principal dirigia-se à articulação (e também valorização) dos novos macro-agregados ou enclaves fragmentários e descontínuos da cidade.

Por outro lado, como parte de um processo mais geral, e até global, as intervenções do Estado para o desenvolvimento urbano transformaram-se a partir do momento em que este último agia através de uma justificativa de equidade e bem estar social para uma posição na qual passou atuar abertamente como garante do desenvolvimento econômico (quer dizer dos grandes investimentos privados) subvencionando aos capitais imobiliários, comerciais e financeiros. Paradoxalmente o instrumento que serve a esse propósito é a instauração de políticas, planos e instituições de desenvolvimento da Cidade de Puebla, a partir da década de 1980, cujo eixo de ação-intervenção é a criação e valorização de grandes reservas territoriais, através de políticas de expropriação, para estabelecer os *mega-projetos*.

O caráter expropriatório do Estado para garantir o desenvolvimento capitalista da Cidade de Puebla tem como antecedentes mais distantes: 1) a expropriação de 1962 que, por decreto do governo estadual, anexou ao município de Puebla o território de cinco municípios vizinhos, incrementando o território original de aquele em quase duas vezes; 2) as expropriações praticadas em prejuízo dos municípios de Coronango e Cuautlancingo entre 1975 e 1985, para favorecer às instalações industrial do consorcio transnacional *Volkswagen de México*; 3) os 500 hectares arrebatados aos camponeses dos municípios de San Martín Texmelucan, J. C. Bonilla e Huejotzingo para a construção do *Parque Industrial Quetzatcóatl*, em 1982. São parte das políticas expropriatórias mais recentes: 1) os terrenos tomados em Huejotzingo, durante 1984-1986, para a construção do *Aeroporto Internacional Hermanos Serdán*; 2) a desapropriação e demolição das moradias populares das colônias *Nueva Frontera* e *San Miguel La Roza,* realizadas em 1991, para apoderar-se dos terrenos vizinhos à *Autopista Puebla-Atlixco*; 3) as expropriações vinculadas aos *macro-projetos do Paseo do Rio San Fancisco* (1993-1997), *Angelópolis* (1992-1995) e *Lago de Valsequillo* (desde 2004 até hoje), já referidos.

Todos esses exemplos são documentados por Patiño (2004, p. 131-137), ao mencionar alguns casos de expropriações nos quais foram pagos aos proprietários originais dos terrenos valores quatorze vezes menores que os valores comerciais, para logo depois serem vendidas aos investidores privados. Segundo a mesma autora, nas últimas duas décadas em Puebla não se pode ignorar a relação poder-negócio (negócios imobiliários protegidos pela administração pública), evidente em diferentes formas de intervenção sobre o território, destacando a expropriação sobre as periferias: as 27 expropriações realizadas entre 1987 e 1992 atingiram 1,820 hectares representando, apenas nesse período de cinco anos, 43% da área expropriada nos 32 anos que transcorreram entre 1960 e 1992.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da reestruturação urbana da Cidade de Puebla, pelos processos e características que envolve, situa-se hoje, claramente, no contexto das transformações urbanas globais. As mudanças urbanas recentes dessa cidade têm um forte vínculo entre elas, e a sua integração como totalidade emerge no marco da compreensão do processo geral de reconfiguração.

Fundamentalmente, a reestruturação urbana da Cidade de Puebla é realizada através da redefinição dos papéis das periferias: tanto as periferias territoriais que surgem e se afirmam na mancha de óleo e nas coroas difusas da metrópole, como também as periferias suburbanas do processo intra-urbano que definem enclaves

Um outro eixo pelo qual se produz o desenvolvimento urbano reestruturado de Puebla é a própria reestruturação do Estado, não apenas como a presença de um estado débil e enfraquecido que reduz a suas funções e possibilidades de intervenção, mas como a emergência de um forte aparato estatal, com ampla intervenção, de natureza corporativa e corrupta, cooptado pelos interesses do grande capital financeiro e comercial.

Por fim, é importante sublinhar que existem múltiplas evidências que permitem concluir, em termos gerais, que o processo de reestruturação urbana da Cidade de Puebla não tem um caráter absolutamente unidirecional: além da capacidade de resistência dos grupos sociais subordinados e impactados pelo processo, estão todos aqueles atores sociais não hegemônicos que desenvolvem diversas estratégias para aproveitar no sentido do seu próprio "jogo" as reconfigurações econômicas e territoriais, com a possibilidade de ultrapassar a fragmentação e segregação sócio-espacial que lhes é imposta e gerar potencialidades de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ASCHER, François. **Métapolis ou l'avenir des villes.** Paris: Éditions Odile Jacobe, 1995.

CARLOS, Ana Fani. A reprodução da cidade como negócio. In: _____. **Urbanização e mundializacão:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

CHURCHILL, Nancy. El paseo del Rio San Francisco: Urban Development and Social Justice in Puebla, México. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATINOAMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Chicago, 1998.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Suburbanización y periurbanización:** ciudades anglosajonas y ciudades latina**s**. Disponível em:

<http: //www.etsav.upe.es/personals/monclus/cursos2002/dematteis.htm>. Acesso em: 01 jan. 2003.

FLORES, Luz María et al. Angelópolis, Puebla: modernización o destrucción de la historia urbana. In:_____. **El patrimonio sitiado**. México: Lithoimpresora, 1995.

GOBIERNO DEL ESTADO DE PUEBLA. **Plan Director Urbano de la Ciudad de Puebla.** Puebla, 1990.

GOBIERNO DEL ESTADO DE PUEBLA. **Programa Regional de Ordenamiento Territorial Angelópolis**, 1994.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

GOTTMANN, Jean. **Megalopolis:** the urbanized northeastern seaboard of the United States. New York: MIT, 1961.

JUÁREZ, Ignacio. El megaproyecto de Valsequillo arrojaría ganancias por quince mil millones de pesos. **La Jornada de Oriente,** Puebla, 22 ago. 2005a. Puebla Municipio, p. 3

JUÁREZ, Ignacio. Áreas muy pobres y sin conflictos agrarios, la mejor zona para el plan de Valsequillo. **La Jornada de Oriente,** Puebla, 23 ago. 2005b. Puebla Municipio, p. 3

MELÉ, Patrice. **Puebla:** urbanización y políticas urbanas. México: Universidad Autónoma de Puebla – Universidad Autónoma Metropolitana, 1994.

MÉXICO, Consejo Nacional de Población-CONAPO. **Prontuario Demográfico de México 2007**. México, 2007. Disponível em:

<http: //conapo.gob.mx/printuario2007/prontuário.htm>. Acesso em: 03 jul. 2007.

MÉXICO, Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática-INEGI, **Censos Económicos: 1989, 2004**. México.

_____. **Censos Generales de Población: 1960, 1970, 1980, 1990, 2000**. México.

_____. **Conteo de Población y Vivienda 2005**. México, 2007.

_____. **División Geoestadística Municipal 2000**. México, 2000.

MÉXICO, Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática-INEGI. **Mapa Digital de México**. México, 2007. Disponível em:

<http: //galileo.inegi.gob.mx/website/mexico/viewer.htm>. Acesso em: 03 jul. 2007.

MÉXICO, Secretaría de Desarrollo Social- SEDESOL, COLEGIO DE ARQUITECTOS DE LA CIUDAD DE MÉXICO, INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ECONÓMICAS DE LA UNAM. **México 2020;** un enfoque territorial del desarrollo, vertiente urbana. México, 1998.

MÉXICO, Secretaría de Desarrollo Social-SEDESOL, Consejo Nacional de Población-CONAPO, Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática-INEGI. **Delimitación de las zonas metropolitanas de México**. México, 2004. Disponível em:

<http://www.conapo.gob.mx/publicaciones/ZMdelimita/02.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2007.

MILIÁN, Guadalupe M. **La modernización sistémica:** la desconcentración comercial en la Ciudad de Puebla. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1994.

PATIÑO, Elsa. Periferia poblana: la desigualdad del crecimiento. **Papeles de Población-UAEM,** Toluca, número 42, p. 125-151, 2004.

RAMOS, María Luisa. Valor fiscal para los doscientos propietarios de inmuebles. **Momento**, Puebla, 12 ago. 1993.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. In: _____. **Técnica, espaço, tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 29- 39.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas-UNAM,** México, n. 54, p. 114-139, ago. 2004a.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004b. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VILAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel- FAPESP-Lincoln Institute, 1998.

Recebido em outubro de 2007
Revisado em janeiro de 2008
Aceito em fevereiro de 2008